

# Irregularidades por toda parte

LUÍSA MEDEIROS

DA EQUIPE DO CORREIO

**A**s ocupações irregulares em áreas de proteção permanente (APP) estão espalhadas pelo Distrito Federal. Além dos condomínios da região de Vicente Pires, o crime ambiental ocorre às margens do Lago Paranoá, nas bordas de chapada de Ceilândia e Taguatinga e em parcelamentos espalhados pelo DF. A ilegalidade, no entanto, é um dos principais empecilhos para a regularização dos lotes. Por isso, a derrubada das construções está na mira de autoridades do governo local, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Ministério Público do Distrito Federal (MPDF). Pelo menos, 1,6 mil edificações devem ser demolidas em Vicente Pires e nas bordas de chapada de Ceilândia e Taguatinga.

Nos últimos dias, o andamento no processo de legalização dos condomínios de Vicente Pires, Vila São José e Colônia Agrícola Samambaia ficou condicionado à demolição de edificações erguidas a menos de 30m de córregos e 50m de nascentes da região. Ontem, um muro e mais uma casa foram derrubadas por agentes de órgãos de fiscalização dos governo local e federal. Novas ações estão previstas para hoje.

Mais de 400 construções (veja quadro ao lado) foram erguidas em APP, segundo levantamento do Sistema Integrado de Vigilância, Preservação e Conservação de Mananciais (Siv-Água). O aposentado José Pires, 59 anos, morador da chácara 27B de Vicente Pires, recebeu ontem uma notificação para deixar a casa de dois pavimentos construída no lote. Para tentar evitar a derrubada, ele pretende recorrer à Justiça.

O Ibama exige que as edificações sejam demolidas nos próximos 30 dias. A medida irá garantir que a licença ambiental para construção de obras de saneamento básico da área seja mantida. "Para isso, o Siv-Água deve apresentar um plano de ação até amanhã", ressalta o superintendente do Ibama, Francisco Palhares.

A preservação das APPs está ameaçada até mesmo na parte mais nobre da capital. Casas e edificações construídas às margens da orla do Lago Paranoá também foram alvo de derrubadas, mas, os proprietários encontraram respaldo na legislação para manter as construções de pé. Apesar de ser questionada na Justiça, o Decreto 24.499, de 2004, regulamenta a construções de píeres, marinas, churrasqueiras e até quadras de esporte.

Kleber Lima/CB



MURO DERRUBADO NA CHÁCARA 33C DE VICENTE PIRES: TÉCNICOS DO IBAMA CONDICIONARAM LIBERAÇÃO DE LICENÇAS AMBIENTAIS À DESOCUPAÇÃO DAS ÁREAS DE PROTEÇÃO PERMANENTE